

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA DE UMA CIDADE EM DEVIR: BRACARA AUGUSTA

Manuela Martins
Manuela Delgado

Resumo

Fundada pelo imperador Augusto, *Bracara Augusta* foi um importante centro administrativo e económico ao longo de muitos séculos, como o provam as suas funções de sede do *Conventus Bracaraugustanus*, capital da província da Galécia, a partir de Diocleciano, sede de Bispado e, posteriormente, capital do reino suevo. Parcialmente sacrificada pela cidade medieval, *Bracara Augusta* conservou-se em boa parte da sua extensão sepultada sob quintas e quintais até aos anos 50/60 do século XX. A partir de então o crescimento urbanístico da cidade moderna trouxe à luz do dia vestígios fundamentais para a compreensão da Braga romana.

Os dados arqueológicos reunidos ao longo das últimas três décadas, embora desiguais quanto ao volume e qualidade de informação, permitem reconstituir a evolução urbanística de *Bracara Augusta* e caracterizar alguns dos seus edifícios e quarteirões.

Bracara Augusta foi fundada *ex nihilo*, sofrendo um processo de povoamento que se desenrola ao longo de todo o séc. I. A partir do último quartel daquele século o primitivo *oppidum* de Augusto transforma-se numa grande cidade, de traçado hipodâmico, que se manteve até ao Baixo Império. A sua máxima extensão, atingida provavelmente no séc. II, é confirmada pela distribuição dos enterramentos das diferentes necrópoles.

No séc. IV *Bracara Augusta* conhece um surto de renovação urbanística, eventualmente associado à sua promoção a capital de província.

A invasão de Teodorico II em 456 foi apenas o primeiro de uma longa série de ataques que a cidade viria a sofrer, que acabaram por determinar, quer a sua destruição, quer o seu lento abandono.

Résumé

Crée sous Auguste, *Bracara Augusta* fut un important centre administratif et économique pendant plusieurs siècles, ayant été siège du Couvent *Bracaraugustanus*, capitale de la province de Galice depuis Dioclétien, siège de l'Evêché, puis capitale du royaume suève. Bien que sacrifiée par la ville médiévale *Bracara Augusta* s'est conservée, en grande partie ensevelie sous des fermes et des jardins-potagers jusqu'aux années 50/60 du XXème siècle. Depuis, l'accroissement urbain de la ville moderne a mis au jour des ruines très importantes pour la connaissance de la ville romaine de Braga.

Les données archéologiques réunies au cours des trois dernières décades, bien que en volume et qualité inégaux, ont permis de reconstituer l'évolution urbaine de *Bracara Augusta* et caractériser quelques uns de ses édifices et de ses quartiers.

Bracara Augusta a du être construit *ex-nihilo*, ayant souffert un processus de peuplement qui se déroule tout au long du Ier siècle. À partir du dernier quart de ce siècle, le primitif *oppidum* d'Auguste se transforme en une grande ville, de plan hippodamique, qu'elle gardera jusqu'au Bas-Empire. Son extension maximale, atteinte, probablement, au II ème siècle, est confirmée par la distribution des enterrements des différentes nécropoles connues.

Au IVème siècle *Bracara Augusta* connaît un essor urbain, éventuellement lié à sa promotion à capitale de la province de *Gallaecia*.

L'invasion de Théodorie II en 456 fut la première d'une long série d'attaques qui finiront par déterminer, soit sa destruction, soit son lent abandon.

Introdução

A criação de cidades no NO peninsular representou uma iniciativa imperial, enquadrada no âmbito da organização administrativa da Península levada a cabo por Augusto. Deve-se a este imperador a criação de três centros urbanos na região, cuja função será fundamentalmente política e administrativa.

Bracara Augusta foi a única fundação augústea no território português a Norte do rio Douro. Para além de capital de *conventus iuridicus*, com importantes funções judiciais, fiscais, religiosas e de recrutamento, conheceu, na sequência da sua promoção municipal, sob os Flávios, instituições de governo próprias e uma *ordo decurionum*, que integrava as elites urbanas e certamente também os abastados proprietários rurais da região. As funções administrativas da cidade e o seu florescimento económico durante o Alto Império terão justificado a sua promoção a capital da província da Galécia, criada por Diocleciano.

A Arqueologia testemunha que *Bracara Augusta* foi uma cidade florescente durante todo o século IV, tornando-se então sede de bispado. Da sua história como capital do reino suevo pouco sabemos, pois com a instalação deste povo na região iniciou-se um período histórico conturbado e ainda mal conhecido que persistiu até às invasões árabes. No entanto, ainda em meados do séc. VI a cidade subsistia como centro religioso e cultural. Aparentemente, mais do que as invasões bárbaras, terão sido os sucessivos ataques e destruições árabes os responsáveis pela sua decadência e abandono generalizado.

Parcialmente sacrificada pela cidade medieval e sepultada em grande parte da sua área sob quintas e quintais, *Bracara Augusta* levará cerca de seis séculos a ser redescoberta, pois só no século XVI a memória das suas ruínas começou a despontar no espírito dos humanistas bracarenses. Desde então, acumularam-se os vestígios e exumaram-se ruínas que permitem reconstituir a traçado da cidade.

Todavia, quatrocentos anos volvidos sobre o acordar de *Bracara Augusta*, pouco conhecemos ainda da sua história. Porque os edifícios romanos foram extensamente desmantelados para aproveitamento de material de construção, mas também porque grande parte da cidade romana foi inexoravelmente sacrificada ao crescimento da Braga moderna, sobretudo na segunda metade do séc. XX.

Por isso, a reconstituição da cidade romana, quer do ponto de vista urbanístico e arquitectónico, quer económico e social, é ainda problemática em muitos aspectos e pode apenas ser feita com base em hipóteses, sustentadas pela interpretação epigráfica e pela

Arqueologia.

Da documentação disponível destacam-se pouco mais de sessenta inscrições e os resultados adquiridos pelas escavações que começaram a realizar-se nos anos 60 de forma esporádica e na segunda metade da década de 70 de forma sistemática.

A epigrafia romana de Braga é conhecida, encontrando-se toda publicada¹. Das escavações conhecem-se alguns resultados², muito embora só se tenha iniciado a sua divulgação sistemática posteriormente a 1984³.

Vários foram os investigadores que, em diferentes momentos, sintetizaram os conhecimentos sobre *Bracara Augusta*⁴. A eles se deve a divulgação científica desta importante cidade. A eles devemos, também, grande parte das sugestões incluídas neste trabalho.

A inserção deste artigo, neste número especial da Revista *Cadernos de Arqueologia*, dedicado ao Sr. Cónego Luciano dos Santos, tem um duplo objectivo: por um lado, sendo este volume consagrado a *Bracara Augusta* e publicando-se nele um estudo de conjunto das necrópoles romanas, julgámos justificar-se um breve balanço dos conhecimentos, que servisse simultaneamente para equacionar alguns problemas de fundo relativos à investigação da cidade romana; por outro lado, constituindo este trabalho uma homenagem ao Sr. Cónego Luciano dos Santos, ele pretende homenagear também todos aqueles que pugnaram, muitas

¹ A divulgação da epigrafia bracarense inicia-se no séc. XVIII, com Jerónimo Contador de Argote (1728;1732-34), que transcreve várias inscrições. Diversos eruditos fazem, posteriormente, referência ao material epigráfico bracarense, merecendo destaque, nos finais do século XIX, as contribuições de Albano Belino (1895;1896;1906) e de J. Leite de Vasconcelos (1918). Mais recentemente, é justo que se sublinhem as preciosas contribuições de Patrick Le Roux e Alain Tranoy, que, nas décadas de 70 e 80, publicaram material inédito, estudando e reinterpretando muito do que havia sido anteriormente divulgado (LE ROUX 1974, 41-48; 1975, 155-159; TRANOY 1980, 67-83; 1981; SANTOS *et alii* 1983, 183-205).

² Os resultados das descobertas realizadas na década de 60 foram sumariamente divulgados pelo Cónego Arlindo da Cunha na imprensa local (OLIVEIRA 1979, 164-197; 1985, 5-83). As escavações realizadas por J. J. Rigaud de Sousa entre os anos 60 e 70 conheceram igualmente uma divulgação sumária (SOUSA 1966a, 165-178; 1966b, pp. 589-599; 1973; SOUSA e PONTE 1970, 389-411). Sobre as intervenções realizadas desde 1976 pela UAUM vejamos, entre outros, M. Delgado (1984, 179-196), M. Delgado *et alii* (1986, 27-42) e A. Gaspar (1985, 51-125).

³ Esta divulgação começou a ser feita, anualmente, na revista *Cadernos de Arqueologia*, na secção intitulada "O Salvamento de Bracara Augusta" (DELGADO *et alii* 1984, 95-106; DELGADO e LEMOS 1985, 159-176; DELGADO e GASPAR 1986, 151-167; DELGADO e LEMOS 1986, 151-167; DELGADO *et alii* 1987, 179-186; DELGADO 1987, 187-199; DELGADO e MARTINS 1988, 79-93; GASPAR 1985, 51-125; LEMOS *et alii* 1988, 69-78).

⁴ Entre as variadas contribuições para o conhecimento de *Bracara Augusta*, merecem especial destaque, as tentativas de síntese de D. Rodrigo da Cunha (1634), de J. Contador de Argote (1728; 1732-34), de J. Leite de Vasconcelos, sobretudo relativos à epigrafia, compilados no terceiro volume das "*Religiões da Lusitânia*" (1913), de Alberto Feio (1956), de J. J. Rigaud de Sousa (1966b, 589-599; 1973), de A. Tranoy (1980, 67-83; 1981; 1981a, 105-121; 1982, 125-137; 1983, 193-201) e P. Le Roux (1975, 155-159; 1982, 177-179; LE ROUX e TRANOY 1973, 177-231; 1983-84, 199-207), Eduardo Oliveira (1978, 20-44; 1980, 107-116; OLIVEIRA *et alii* 1982) e de Jorge de Alarcão (1988; 1990a, 43-57).

vezes ingloriamente, pela recuperação e preservação da memória de *Bracara Augusta*⁵.

1. A fundação

Segundo os mais antigos testemunhos epigráficos, *Bracara Augusta* foi fundada entre o ano 3 a.C. e o ano 4 da nossa era. Este pressuposto repousa na datação de um conjunto de inscrições honoríficas, encontradas em Braga e nas suas imediações, designadamente: o pedestal de uma estátua consagrada ao imperador Augusto, pelos Bracaraugustanos, no dia do aniversário natalício de *Paulus Fabius Maximus*, governador da Citerior, aquando da sua estada em Braga, ocorrida provavelmente entre 3 e 2 a.C.⁶; uma ara em honra de *Agrippa Postumus*, filho do lugar tenente de Augusto, *M. Vipsanius Agrippa*, dedicada também pelos Bracaraugustanos e datada anteriormente ao ano 4⁷; um monumento erguido pela *Callaecia* a um dos netos de Augusto, *Caius ou Lucius*⁸; um outro monumento encontrado em Dume, dedicado ao *Genius Caesaris*⁹; uma inscrição ao *Genius Augusti*¹⁰.

Este notável conjunto de inscrições, para além de fornecer elementos para datar a consagração oficial da cidade, é igualmente sugestivo do ambiente e circunstâncias que presidiram ao nascimento de *Bracara Augusta*. O contexto religioso que envolveu a formação

⁵ De uma extensa lista de nomes - pois apesar de tudo foram muitos os que lutaram para preservar e dignificar a memória de *Bracara Augusta* - é justo que se refiram, entre outros, Albano Belino, que recolheu e preservou muito do material epigráfico da cidade; Russel Cortez e J. J. Rigaud de Sousa, que foram directores do Museu D. Diogo de Sousa; o Cônego Arlindo da Cunha, que nos deixou a memória das destruições maciças de importantes áreas da cidade; o Cônego Luciano dos Santos, que recolheu no Museu Pio XII muitos vestígios romanos; Jorge de Alarcão, ligado desde 1976 ao Salvamento de *Bracara Augusta*, e cuja acção, concertada com a UAUM, permitiu a revitalização do Museu D. Diogo de Sousa; Francisco Alves, um dos criadores do Campo Arqueológico de Braga e responsável pelo início das escavações sistemáticas na área urbana de Braga; Henrique Barreto Nunes, um dos criadores da CODEP; Eduardo Oliveira, que muito contribuiu para o conhecimento e divulgação dos antigos achados de Braga; para além dos arqueólogos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho que desde 1976 se encontram ligados ao projecto de Salvamento de *Bracara Augusta*. Para um historial das pesquisas relativas à cidade de Braga poderão consultar-se: H. B. Nunes (1978, 164-197), E. Oliveira e I. Fernandes (1984, 109-134), E. Oliveira (1985, 179-194) e E. Oliveira e H. B. Nunes (1988, 97-155)

⁶ Monumento com a forma de pedestal de estátua, encontrado junto da capela do Senhor do Lírio, em Semelhe, a cerca de 2,5Km de Braga. O seu texto IMP(eratori) CAESARI DIVI F(ilio) AVG(usto) / PONT(ifici) MAX(imo) TRIB(unicia) POT(estate) XXI (vigesima prima) / SACRVM BRACARAVGVSTANI / PAVLLI FABI(i) MAXSIMI LEG(ati) PROP(ertoris) NATALI DEDICATA EST (EE, VIII, 280=ILER, 1028; LE ROUX 1975, 155; TRANOY 1981,328), permite considerar ser este o monumento mais antigo conhecido na região.

⁷ Monumento encontrado em Braga, na R. do Souto, em 1973. Foi estudado por P. Le Roux (1975, 155-159).

⁸ CIL, II, 2422.

⁹ Trata-se de um monumento com características semelhantes ao de Semelhe (VASCONCELOS, 1913, 326).

¹⁰ CIL II, 5123.

da nova comunidade - evidenciado pelo carácter das referidas dedicatórias religiosas oficiais e igualmente expresso numa outra lápide monumental, dos primeiros anos do séc. I¹¹ - foi devidamente realçado por P. Le Roux (1975, 155-159) e A. Tranoy (1980, 70; 1981, 318).

A epigrafia mais antiga de Braga representa, assim, um documento de vital importância para se compreender a origem deste centro urbano e a implantação do culto imperial, que cimentou ideologicamente aquele projecto, bem como a integração da região no mundo romano.

Por outro lado, não deixa de ser sugestiva a descoberta de inscrições consagradas a Augusto, respectivamente em Semelhe¹² e Dume¹³, nas imediações da cidade. Deste último local procede também uma inscrição honorífica erguida pelos Bracaraugustanos a Camalo, filho de Melgeco, sacerdote de Roma e de Augusto (CIL, II, 2426), que, segundo A. Tranoy (1981), terá sido um dos primeiros sacerdotes do culto imperial no convento. Merece destaque o carácter colectivo da dedicatória e a menção aos Bracaraugustanos, que surge igualmente na inscrição de Semelhe¹⁴ e na de *Agripa Postumus*¹⁵.

O aparecimento destas inscrições fora do perímetro urbano, pese embora a possibilidade de terem sido deslocadas, justifica a hipótese, recentemente formulada por Jorge de Alarcão (1990a, 53-54), sobre a eventualidade de Augusto ter criado um centro religioso nas imediações da futura cidade. Tratando-se de uma hipótese cuja demonstração exigiria amplas escavações a realizar nos dois locais, a verdade é que a existência de um ou dois centros religiosos nos arredores do centro urbano, não é em absoluto contraditória com a edificação, no sítio de Braga, de um centro monumental augústeo.

2. O povoamento

Os dados arqueológicos disponíveis apontam para a hipótese de Bracara Augusta ter nascido *ex nihilo*. Nem o local onde assentou a cidade tem condições geo-estratégicas para ter sido um importante *castellum* indígena (MARTINS 1990, 219-220), nem existe a mais pequena evidência que sustente a hipótese de Schülten (1943, 176-177) de que a cidade se instalou sobre um acampamento de *Publius Carisius*.

Na verdade, muito embora se tenham encontrado materiais indígenas em várias

¹¹ A inscrição encontra-se numa parede da Sé Catedral tendo-lhe sido dada a seguinte leitura CONDITVM. SVB [DIVO EX IVSSV] / IMP(eratoris) . CAESARIS . [AVGVSTII DIVI F(ili)] / PATRIS . PATRI[AE] PONTIF(icis) MAX(im) (CIL, II, 2421)

¹² Cf. nota 6.

¹³ Cf. nota 9.

¹⁴ Cf. nota 6.

¹⁵ Cf. nota 7.

escavações realizadas dentro do perímetro urbano, esses materiais possuem uma cronologia relativamente restrita, correspondente aos finais do séc. I a.C. e primeira metade do séc. I da nossa era, facto que sugere mais uma deslocação de indígenas para a zona, do que a existência de um assentamento de longa duração. Os materiais parecem concentrar-se na vertente sul da Colina de Maximinos, a zona mais alta da cidade, podendo corresponder à instalação de indígenas, oriundos de castros vizinhos, atraídos pelas perspectivas de trabalho e promoção que a futura cidade necessariamente oferecia. Aí se instalaram mesmo algumas oficinas indígenas, conforme é sugerido pela descoberta de moldes de sífulas, com decoração geométrica (MARTINS 1988). Aí também se terão fixado, certamente, pedreiros, oleiros e uma mão-de-obra indiferenciada, necessária ao grande projecto que era a edificação de um centro monumental.

A hipótese sugerida por A. Tranoy (1981, 194) de que o sítio de Braga poderia ter sido, anteriormente à ocupação romana, um centro de reunião e/ou de mercado das populações que habitavam os inúmeros castros vizinhos, tem como argumento principal a sua localização privilegiada, em termos de corredores naturais. Bracara Augusta teria assim perpetuado, na época romana, a centralidade que já possuiria na Proto-História, tornando-se um dos epicentros fundamentais da rede viária do Noroeste. De qualquer modo, não se questionando esta hipótese, parece ser possível admitir que a fixação de populações no sítio de Braga, a título permanente, não deverá ser anterior a Augusto.

A fundação de um centro monumental augústeo, não pode ter deixado de representar um investimento considerável, quer em meios financeiros, quer em meios humanos, exigindo, simultaneamente, uma transformação profunda das populações da região, quer a nível social, quer cultural.

Muito embora nada se saiba quanto aos meios financeiros que foram envolvidos no projecto, é de supor que as elites indígenas tenham participado nas despesas com a criação de um centro monumental. Por sua vez, os meios humanos necessários terão sido certamente procurados nos povoados proto-históricos da região.

A presença de indígenas em *Bracara Augusta*, durante a primeira metade do séc. I, está documentada pela Epigrafia. São sobretudo as inscrições funerárias que fornecem um quadro sugestivo, ainda que incompleto, do processo de povoamento. Com efeito, algumas inscrições referem a *origo* de indígenas, assinalada pelo C invertido, designativo de *castellum*, equivalente a castro (ALBERTOS FIRMAT 1975, 215-227; PEREIRA MENAUT 1982, 249-267; 1983, 199-212). Entre os *castella* referidos nas inscrições encontram-se os de *Letiober*, donde procede Albura, filha de Caturão (AE 1973, 303; LE ROUX e TRANOY 1973, 193)¹⁶ e *Agripia*, donde é originário Arquio, filho de Viriato (CIL, II, 2435)¹⁷. De outro *castellum*,

¹⁶ Ver sobre a inscrição A. Tranoy e P. Le Roux, neste volume.

¹⁷ Uma inscrição funerária encontrada em Dume refere outro indígena deste *castellum*: Apilo, filho de Arquio (CIL, II, 2433). A proximidade dos locais onde apareceram estas duas inscrições (*Bracara Augusta* e Dume), permite admitir que o castro donde procedem os dois indivíduos se situaria nas proximidades de Braga (Caldas, Falperra, ou mesmo Castro Máximo), podendo ter recebido a designação de Agripa, em homenagem ao lugar-tenente de Augusto, cujo filho foi honrado em Braga numa dedicatória anterior ao ano 3 (cf. nota 7).

não identificável, são originários Adrono, ou Ladrono e Tarquínio, ambos referidos como filhos de Caturão (CIL, II, 2430b e 2430a). De *Valabriga* procede Bloena, filha de Camalo (EE, VIII, 119; SANTOS *et alii* 1983, n° 23)¹⁸.

No entanto, os principais agentes de transformação cultural e social terão sido, pelo menos numa primeira fase, os imigrantes que se instalaram em *Bracara Augusta*, mas também na área rural próxima da cidade, fossem eles vigilantes de obras, construtores, artesãos ou comerciantes, atraídos por novas oportunidades de enriquecimento.

É neste contexto que se pode compreender a referência a *C. Caetronius Miccio*¹⁹, legado de Augusto na Citerior, ao tempo de Cláudio (42-44) (ALFÖLDY 1966, 185-195), homenageado pelos *cives romani* que comerciavam em *Bracara Augusta*, ou a presença na cidade de indivíduos recenseados nas tribos Galéria²⁰ e Fabia²¹, certamente imigrantes ou seus descendentes.

3. O *oppidum* de Augusto

Mau grado a relativa abundância de epígrafes, que situam cronologicamente a fundação da cidade, pouco sabemos sobre as primeiras décadas da sua existência. Nem as fontes escritas, nem mesmo a Arqueologia, apesar do elevado número de escavações empreendidas nos últimos quinze anos, permitem reconstituir ainda o que poderá ter sido a primitiva cidade de Augusto.

Com efeito, as escavações não documentaram, até ao momento, nenhum edifício ou construção datável, com segurança, da primeira metade do séc. I. Contudo, os níveis mais antigos da cidade fornecem materiais variados que demonstram, de forma inequívoca, uma ocupação do sítio de Braga naquele período, podendo referir-se, entre outros: cerâmica

¹⁸ Inscrição guardada na Casa do Avelar, atribuída à necrópole da Rodovia (R.3). Sobre o conjunto das inscrições funerárias de *Bracara Augusta*, conferir A. Tranoy e P. Le Roux, neste volume.

¹⁹ CIL II, 2423.

²⁰ Na tribo Galéria estavam inscritos o senador *M. Licinius Ovianus Aemilianus*, cuja origem bracarense é duvidosa, bem como dois legionários nascidos em *Bracara Augusta* que poderão ter obtido a cidadania através da carreira militar, posteriormente a Cláudio, ou cujas famílias possuíam a cidadania anteriormente a Augusto (LE ROUX 1982, 207, n° 125, 214 e 151).

²¹ A esta tribo pertencia um veterano da Legio II Adiutrix que se terá vindo instalar em *Bracara Augusta* (LE ROUX 1982, 219, n° 166)

indígena²², sigillata itálica e gálica²³, paredes finas de Augusto²⁴, alguma campaniense²⁵, cerâmica fina pintada²⁶ e ânforas vinárias béticas, sobretudo da forma Haltern 70²⁷.

Sabemos por Plínio (4,112) que *Bracara Augusta* foi inicialmente um *oppidum*. O seu centro monumental poderia situar-se nas imediações do local onde hoje se ergue a Sé Catedral, atendendo ao facto de aí terem sido encontradas várias inscrições com carácter honorífico e monumental²⁸. Aí deveria localizar-se o *forum* de Augusto, que centralizaria funções religiosas, administrativas e económicas. É admissível que nele tenha sido erguido, também, um templo ao culto imperial, cuja construção poderá datar do tempo de Tibério. Parece igualmente aceitável que o local tenha servido simultaneamente como mercado, pois daí procede uma inscrição consagrada ao *Genius Macelli*²⁹. Todavia, os trabalhos arqueológicos realizados, quer no exterior da Sé (GASPAR 1985, 51-125), quer no interior, na zona do altar-mor, não foram conclusivos quanto à existência no local de um centro cívico e religioso, permitindo apenas documentar a existência de grandes edifícios, com uma utilização prolongada.

Tendo em conta a dispersão de materiais atribuíveis à primeira metade do séc. I podemos admitir a ocupação de uma área consideravelmente extensa, a Sul e Sudoeste do que seria o

²² A cerâmica indígena está documentada, embora em reduzida quantidade, em praticamente todas as intervenções realizadas na área urbana de Braga. Merecem destaque, pela maior concentração de fragmentos, as zonas correspondentes ao sítio das termas, às Carvalheiras (DELGADO e LEMOS 1986, 151-167), ao Cardoso da Saudade (DELGADO *et alii* 1984, 95-97), às antigas cavalações do Regimento de Infantaria de Braga (MARTINS 1988) e "Praia das Sapatas".

²³ Sobre a distribuição da sigillata itálica e gálica em Braga, veja-se M. Delgado e L. dos Santos (1984, 49-70) e M. Delgado (1985, 9-40), sendo de assinalar a variedade de oficinas representadas, comparativamente ao número de fragmentos detectados. Por outro lado, é de salientar a boa qualidade e mesmo a raridade de alguns produtos, que documentam a presença, em Braga, de uma clientela de requintado gosto.

²⁴ Este tipo de cerâmica está documentado nas antigas cavalações do Regimento de Infantaria de Braga, nas Carvalheiras e no Seminário de Santiago. No entanto, aparece em reduzida quantidade e demasiado fragmentada para poder fornecer formas.

²⁵ A cerâmica campaniense é muito rara em *Bracara Augusta*, estando documentada apenas por quatro fragmentos do tipo C.

²⁶ Destaca-se neste grupo uma cerâmica de pasta muito depurada, quase branca, pintada, presente em várias estações romanas e datável da primeira metade do séc. I, que deverá ser importada, considerando a sua relativa dispersão em Portugal. A sua distribuição na cidade coincide com os sectores mais antigos, tendo sido identificada no Seminário de Santiago, no Cardoso da Saudade e nas Carvalheiras.

²⁷ Esta produção está bem representada nos níveis mais antigos de todos os sectores escavados da cidade.

²⁸ Cf. notas 7 e 11.

²⁹ CIL, II, 2413.

núcleo monumental do primitivo *oppidum* de Augusto. No entanto, essa área não forneceu evidências de quaisquer edifícios, anteriormente aos Flávios. Poderá, por isso, aceitar-se que as construções habitacionais da primeira metade do séc. I tenham sido sacrificadas pelo urbanismo flávio.

O único alinhamento que possuímos que pode indicar uma possível orientação de edifícios da primitiva cidade de Augusto encontra-se na área adjacente da Sé Catedral e corresponde a um muro Flávio/Antonino, cuja orientação N/S destoa dos eixos da cidade flávia (NO/SE), escrupulosamente respeitados nos vestígios até agora detectados, quer em edifícios, quer nos arruamentos. Aquele muro, que pertenceria certamente a um grande edifício, detectado na R. da N. Sra. do Leite, nas traseiras da Sé (GASPAR 1985, 51-125), poderá estar orientado em função de edifícios pré-existentes na zona, datáveis da primeira metade do séc. I³⁰.

Se se aceitar a cronologia que recentemente vem sendo proposta para a fundação dos conventos jurídicos, com base na tábula que refere o *conventus* de *Ara Augusta*, futura *Asturica Augusta* (DOPICO CAÍNZOS 1986, 265-283), é provável que *Bracara Augusta* tenha tido funções jurídicas logo desde a sua fundação e não apenas a partir dos Flávios conforme é sugerido tradicionalmente (ÉTIENNE 1974, 185-189; TRANOY 1981, 150-153; ALARCÃO 1988, 32-33).

Atendendo à considerável hegemonia dos conventos, as criações augústeas no NO peninsular poderiam ser vistas basicamente como um modo de controlo administrativo, fiscal e religioso das populações indígenas.

Muito embora os limites rigorosos do *conventus* sejam ainda discutíveis (TRANOY 1981; ALARCÃO 1988, 32-33), sabemos por Plínio, que se baseia num censo realizado muito possivelmente nos tempos de Agripa, que ele integrava 24 *populi* e cerca de 285.000 habitantes livres tributários. Sendo unidades administrativas e religiosas, cabia às capitais dos conventos o julgamento de pleitos, por parte do governador da província, ou do seu delegado (*legatus iuridicus*), o recrutamento de tropas auxiliares, funções fiscais, além da organização do culto imperial. As alargadas funções administrativas dos conventos implicavam, como sugere Jorge de Alarcão (1988, 33), oficiais permanentes e um *tabularium*, muito embora não exista qualquer evidência epigráfica do seu funcionamento em Braga.

De qualquer modo, a importância administrativa e religiosa da cidade como capital de *conventus*, a sua importância comercial, documentada pela Epigrafia³¹ e pela Arqueologia³², a actividade imobiliária e a organização da rede viária da região, iniciada no tempo de

³⁰ Não deixa de ser sugestivo o facto de a orientação do edifício da Sé, supostamente assente sobre um templo mais antigo, eventualmente de origem romana, respeitar o alinhamento do muro romano encontrado na R. de Nossa. Sra. do Leite.

³¹ Em especial CIL, II, 2423 e a inscrição ao *Genius Macelli* (CIL, II, 2413).

³² A presença em vários pontos da cidade romana de cerâmica sigillata itálica e gálica (DELGADO e SANTOS 1984, 49-70; DELGADO 1985, 9-40), de ânforas vinárias e de vidros, documenta um bom ritmo de importações ao longo do séc. I e a importância da actividade comercial em *Bracara Augusta*.

Augusto³³ e prosseguida sob os imperadores Júlios-Cláudios³⁴, favoreceram o crescimento demográfico da cidade, atraindo indígenas e imigrantes, bem como militares. A pouco e pouco, esta população heterogénea estruturou o tecido social urbano, que, todavia, manterá sempre uma forte componente indígena.

Os dados disponíveis permitem, pois, supor que, nos inícios da dinastia flávia, *Bracara Augusta* seria já um dinâmico centro administrativo e comercial, ligado às principais cidades do NO e ao Sul da Península por uma ampla rede viária.

4. A cidade alto-imperial

4.1. Urbanismo

O que sabemos do urbanismo de *Bracara Augusta* permite admitir que, sob a dinastia flávia, o *oppidum* de Augusto se transformou numa grande cidade, conhecendo, a partir de então, um ambicioso programa de renovação e expansão. Na verdade, a generalidade dos edifícios públicos e privados exumados até hoje, dentro do perímetro urbano, foram construídos entre o último quartel do século I e primeira metade do II, sofrendo muitos deles amplas remodelações posteriores, designadamente entre finais do séc. III, inícios do IV.

É difícil não ver na renovação urbanística flávia - que incluiu a edificação de um novo centro monumental³⁵, a construção de umas termas públicas³⁶, a organização de vários

³³ Existem miliários de Augusto em Prado, Vila Verde, indicando a milha 4 da via XIX (CIL, II, 4868), sendo igualmente conhecido um outro, em Tuy, no eixo da mesma via (EE, VIII, 209). O único miliário de Augusto conhecido na via XVII procede de Pastoria, Chaves, e indica a milha LXV.

³⁴ Embora tudo leve a crer que as vias XVII e XIX tenham começado a ser construídas sob Augusto, é maior o número de miliários de Tibério e Cláudio naquelas vias, bem demonstrativos do cuidado dos imperadores Júlios-Cláudios com a rede viária do NO peninsular. Na via XIX assinala-se um marco de Tibério, em Prado (CIL, II, 4869), sendo conhecidos três na via XVII (CIL, II, 4773; 4777; 4778). O miliário encontrado mais próximo da cidade pertence à via XVII e é um miliário de Tibério, sem indicação de milha (MARTINS 1990, 89). De Cláudio é conhecido um miliário da via XVII, encontrado em Arcos (EE, VIII, 218).

³⁵ Tudo leva a admitir a edificação de um centro monumental da época flávia na área hoje adjacente ao Largo Paulo Orósio. Embora os rebaixamentos operados na zona tenham inviabilizado por completo a possibilidade de se vir a confirmar esta hipótese, pode aduzir-se como argumentos em seu favor o carácter central desta área em relação ao traçado urbano da cidade flávia e a sugestiva legenda de uma planta da cidade de Braga, datada do séc. XVI (1595), atribuída a Braunio, que localiza o *Forum* nesse local.

³⁶ A planta total do edifício, localizado na parte mais alta de Braga, não foi ainda totalmente posta a descoberto. Trata-se de um edifício de razoáveis dimensões, construído na segunda metade do séc. I e que funcionou até ao séc. V. O primeiro projecto, que incluía duas áreas quentes e, muito provavelmente, duas áreas de serviços autónomas, foi consideravelmente restringido numa profunda remodelação operada entre finais do séc. III, inícios do séc. IV (GASPAR *et alii* 1986, 35-36).

bairros residenciais³⁷, a construção de ruas³⁸ e, certamente, a organização de um sistema de condutas e esgotos - uma consequência da promoção municipal da cidade é da concessão do *ius latii* à Hispânia³⁹. Tal promoção, facultando a ascensão das elites urbanas à cidadania romana, constituía um forte atractivo ao desempenho de cargos públicos, favorecendo e estimulando, simultaneamente, o patrocínio de obras públicas e a monumentalização da cidade, subvencionadas por dinheiro local e pela benemerência dos cidadãos⁴⁰.

Embora ainda hoje controversa, a promoção municipal de *Bracara Augusta* parece perfeitamente aceitável tendo em consideração o razoável número de indígenas que foram inscritos na tribo Quirina⁴¹, ou a onomástica flávia presente na epigrafia da cidade⁴². A

³⁷ Todos os dados arqueológicos disponíveis convergem para datar entre a segunda metade do séc. I e a primeira do séc. II, a organização dos diferentes bairros residenciais, conhecidos na cidade. No quadrante NE, estendiam-se os bairros mais ricos, detectadas por escavações pontuais, designadamente nas imediações do Largo de S. Paulo (SOUSA e PONTE 1970, 389-411; DELGADO *et alii* 1985) e sob o Seminário de Santiago, em cujo claustro foi exumado parte do peristilo de uma *domus*, com um pequeno tanque central, revestido de mosaicos, na sua fase final (remodelação do séc. III/inícios do IV), em torno do qual se desenvolviam vários compartimentos, incluindo um hipocausto. Vestígios de mosaicos, sugerindo a existência de bairros de casas abastadas, encontraram-se também na área envolvente da Sé e, mais recentemente, no quarteirão anexo à R. dos Bombeiros Voluntários. Na parte ocidental da cidade estão documentados também alguns bairros, com construções mais modestas, cuja fase mais antiga data dos finais do séc. I/inícios do II. Um desses bairros, escavado pontualmente e hoje totalmente destruído, seria certamente um bairro artesanal de produção de olarias e vidros, atendendo aos restos arqueológicos aí encontrados (SOUSA 1956-66, 165-172; 1969, 309-311; 1973, 19-20). Um outro bairro, ainda em escavação, localiza-se no quadrante NO da cidade, na Zona das Carvalheiras (DELGADO e LEMOS 1985, 159-176; 1986, 151-167).

³⁸ Um cruzamento de ruas, cuja orientação coincide com o alinhamento dos principais edifícios romanos (NO/SE), foi detectado no quadrante NO, na Zona das Carvalheiras, em fase de escavação (DELGADO e LEMOS 1985, 159-176; 1986 151-167). Uma outra rua foi recentemente observada em escavações realizadas perto da rua dos Bombeiros Voluntários, onde se encontrou um edifício datado dos finais do séc. I (DELGADO e MARTINS 1987).

³⁹ É ainda controversa a ideia de que o *ius Latii* e a *Lex Flavia Municipalis* tenham beneficiado o NO peninsular. Entre os críticos a esse benefício conta-se H. Galsterer (1971). No entanto, são muitos os defensores dessa concessão como P. Le Roux e A. Tranoy (1973, 177-231). Sobre a concessão do *ius Latii* pode ver-se o trabalho clássico de R. K. McElderry (1918, 53-102; 1919, 86-94), em parte corrigido e matizado por A. Montenegro (1975, 7-88). A. d'Ors (1953) e A. Montenegro (1975) defendem que se tratou do *maius Latium*. Este é todavia considerado uma criação mais tardia por Vittinghoff (1952, 47) e por Alföldy (1966a, 48), que defendem o carácter limitativo da concessão vespasiana (*minus Latium*), que beneficiaria apenas os magistrados municipais e respectivas famílias (*per honorem*).

⁴⁰ Uma forma de prover aos projectos de monumentalização das cidades e aos encargos com a manutenção das obras municipais, sem recorrer aos dinheiros públicos, era conseguida através das obrigações pecuniárias dos magistrados e séxviros augustais, ao acederem aos cargos (*summa honoraria*), ou, voluntariamente, por meio de doações directas (*adiectioes*), legação testamentária ou promessas eleitoralistas (*pollicitationes*) (CURCHIN 1983, 227-244; MACKIE 1983; MANUEL ABASCAL e URBANO ESPINOSA 1989, 184-188).

⁴¹ Entre os indivíduos inscritos nesta tribo podem referir-se: *T. Caelius Flaccus* (CIL, II, 2437/8=ILER 5216-7), *L. Valerius Rufus* (CIL, II, 2450=ILER 2494); *Lucretius Saturninus* (CIL, II, 2444); *Q. Pontius Severus* (CIL, II, 4237), originário de *Bracara Augusta* e *flamen* em Tarragona; *P. Iulius Pintamus* (AE 1972, 359), originário de

existência de instituições municipais em *Bracara*, pelo menos no séc. II, é igualmente sugerida pela *dedicatio* da inscrição CIL, II, 2424, feita ao cidadão *L. Terentius Rufus, decreto decurionum*.

As numerosas intervenções arqueológicas já realizadas em Braga documentam que o programa flávio, prosseguido sob os Antoninos, contempla uma cidade de apreciável extensão. Tomando por referência a localização das necrópoles⁴³, a maioria das quais com enterramentos desde o séc. I e o traçado da muralha, é possível estimar, pelo menos para o séc. II, uma área construída de 48 ha, facto que faz de *Bracara Augusta* um dos maiores centros urbanos peninsulares⁴⁴.

São ainda reduzidos os conhecimentos disponíveis sobre o urbanismo e a arquitectura monumental da cidade no Alto Império. No entanto, os principais eixos da cidade estão definidos, sendo presumível que a cidade se desenvolvesse em terraços que venciam os diferentes desníveis.

A orientação dos edifícios públicos e privados construídos em época flávia/antonina, bem como aquela que caracteriza algumas ruas romanas já encontradas revelam uma orientação da cidade NO/SE-SO/NE. Desse alinhamento destoam apenas os muros da "Casa do Poço", em Maximinos, escavada por J.J. Rigaud de Sousa, na década de 60, e o muro de um grande edifício, encontrado nas traseiras da Sé, já referido (Fig.1).

Embora não tenha sido possível definir ainda as dimensões exactas de uma *insula*, julgamos, todavia, poder valorizar alguns elementos em termos do urbanismo flávio.

Como já foi anteriormente assinalado por E. Oliveira (1982, 13) e V. Mantas (1990, 86), parecem persistir, no quadrante nordeste, sobreposto pela cidade medieval, alguns eixos da cidade romana, delimitando quarteirões residenciais, tanto no sentido NO/SE, como no sentido SO/NE. Por outro lado, na metade sul da cidade, transformada em terrenos de cultivo, a partir da Idade Média, observam-se alinhamentos coincidentes com os eixos da cidade flávia, designadamente sobreviventes em caminhos e divisões de propriedades, que poderiam ter-se estruturado com base em arruamentos antigos. Alguns trabalhos pontuais de acompanhamento de obras realizados pela U.A.U.M. permitiram igualmente detectar pavimentos lajeados,

Bracara Augusta e decurião do município de *Aelium Antoninum Augusta Unidelicorum*, no séc. II; *L. Terentius Rufus* (CIL, II, 2424=ILER 1524), que sob Trajano combateu contra os Dácios, fazendo carreira fora da Hispânia. Muito embora a inscrição de cidadãos na tribo Quirina não tenha sido exclusiva do período flávio (SHERWIN WHITE 1939; ALFÖLDY 1968, 215-227; HÖLDER 1980, 47-48), ela torna-se mais frequente a partir de Vespasiano, sendo mesmo um dos critérios utilizados por McElderry (1918, 53-102; 1919, 86-94) para situar a promoção municipal de algumas cidades hispánicas.

⁴² Entre outros, podemos referir, em Braga, os nomes de *Flavius Fronto* que ergue uma dedicatória ao deus *Eventus* (CIL, II, 2412) e de *Flavius Urbicio* que dedica ao *Genius Macelli* (CIL, II, 2413).

⁴³ As necrópoles de *Bracara Augusta* estão razoavelmente bem individualizadas. Ver, sobre o assunto, M. Delgado e M. Martins, neste volume.

⁴⁴ A título comparativo podem citar-se as áreas estimadas para Lugo (34ha), Conimbriga (9ha), Caesaraugusta (60ha), Mérida (49ha), León (19ha) (MONTENEGRO 1988, 506).

orientados NO/SE, aparentemente correspondentes a ruas romanas⁴⁵. Admitindo-se que tais alinhamentos sejam uma sobrevivência do urbanismo romano é possível definir uma quadrícula teórica para a cidade flávia (Fig.1).

O conjunto dos alinhamentos referidos, bem como aqueles que vêm sendo fornecidos pela orientação das ruas e edifícios detectados nas escavações, permitem situar o *decumanus* máximo a passar pela R. de S. Sebastião, que mantém a orientação SO/NE, a norte da actual R. do Alcaide e Largo de Santiago, que regista um ligeiro desvio ao eixo SO/NE. O ponto central deste grande eixo da cidade corresponde à área envolvente da Capela de S. Sebastião, nas imediações do Largo Paulo Orósio, onde tradicionalmente é colocado o *forum* flávio. Esta hipótese é, em parte, sugerida pela legenda de um mapa de Braga, datado do séc. XVI, que refere expressamente o *forum* romano naquele local. Um outro argumento em favor desta hipótese reside no facto de aí ter sido encontrada, nos finais do séc. XIX, uma inscrição honorífica dedicada ao imperador Constantino Magno⁴⁶.

Várias observações realizadas neste local, aquando da abertura de valas, têm demonstrado que a zona foi profundamente revolvida e rebaixada, encontrando-se o solo natural praticamente à superfície. Todavia, merece destaque a descoberta, realizada em 1977⁴⁷, no Largo Paulo Orósio, de um poderoso alicerce, orientado NO/SE, que poderia pertencer a um grande edifício público.

O *cardo* máximo poderia estar representado no actual alinhamento da R. Jerónimo Pimentel, prolongando-se em direcção ao Campo das Carvalheiras e ao Campo das Hortas. Na metade sul da cidade, o único alinhamento que sugere o prolongamento deste eixo em relação à porta sul corresponde a parte da R. dos Bombeiros Voluntários, até ao cruzamento com a Damião de Góis, onde escavações realizadas em 1976, puseram a descoberto o cunhal de um edifício, que poderia delimitar um cruzamento de ruas (NO/SE-SO/NO) (Fig. 1).

Considerando os limites atribuídos à cidade com base no traçado da muralha o eixo SO/NE teria cerca de 850 m e o NO/SE cerca de 650 m.

⁴⁵ Dados ainda inéditos resultantes de intervenções realizadas nos finais da década de 70 pelo Campo Arqueológico de Braga. Uma dessas calçadas foi identificada sob um prédio situado na R. de S. Sebastião com uma orientação perpendicular a esta rua. A outra foi identificada numa grande vala aberta pelos CTT, na R. do Alcaide, considerada como um dos principais eixos da cidade romana.

⁴⁶ Esta inscrição foi encontrada em 1891, num desaterro realizado próximo ao palacete do Conde de S. Martinho, anexo ao Largo Paulo Orósio e em frente da capela de S. Sebastião. Apareceu juntamente com outra, muito mutilada onde se lia, embora de forma incompleta, a palavra GALAECIA (BELINO 1896, 40). A primeira inscrição foi destruída e a segunda terá sido usada para calçar o passeio norte da R. Cruz da Pedra, não sendo já visível.

⁴⁷ Intervenção de emergência do Campo Arqueológico de Braga, no acompanhamento dos trabalhos de abertura de uma grande vala, entre o Largo Paulo Orósio e a R. Damião de Góis, ainda inédita.

4.2. Edifícios públicos

O projecto urbanístico flávio, ultrapassando largamente a área do primitivo *oppidum*, está descentrado em relação ao que teria sido o centro monumental augústeo, que passou a ocupar, no novo projecto, a periferia do quadrante NE da cidade (Fig.1). No entanto, tudo leva a crer que aquele centro monumental tenha continuado a funcionar como zona religiosa e comercial. Sabemos mesmo que aí foi erguido um grande edifício em época flávia/antonina (GASPAR 1985). Por outro lado, recentes escavações realizadas no interior da catedral, sob o altar-mor revelaram que o local foi intensamente ocupado.

Admitindo-se que o *forum* de Augusto tenha persistido como espaço comercial e de culto, parece aceitável que um novo *forum*, de época flávia, desempenhasse essencialmente funções administrativas, exigidas pelo novo estatuto jurídico da cidade.

Embora sem confirmação arqueológica é de supor que *Bracara Augusta* possuísse vários templos, mesmo considerando que o culto de algumas divindades possa ter sido privado, como parece ser o caso de Minerva⁴⁸, ou expresso apenas por simples altares. As dedicatórias constantes da epigrafia votiva referem Júpiter⁴⁹, Asclépio e Hígia⁵⁰, Mercúrio⁵¹, Evento⁵², *Genius Macelli*⁵³, Lares Viales⁵⁴, Isis⁵⁵ e alguns deuses indígenas, como

⁴⁸ Esta deusa - protectora das artes, dos ofícios, da guerra e política -foi venerada numa casa perto da R. de Santa Maria, na área envolvente da Sé Catedral, onde em 1946 foi descoberta uma pequena estatueta de bronze representativa desta divindade.

⁴⁹ Foram encontradas em Braga duas inscrições a Júpiter. Uma delas, datável do primeiro quartel do séc. II, é dedicada por *Aemilius Crescens* (CIL, II, 2415; TRANOY 1981, 316). A outra (BE, VIII, 114; TRANOY 1981, 317), não tem indicação do dedicante.

⁵⁰ Esta dedicatória é feita por *Marcus*, provavelmente um liberto ou escravo (CIL, II, 2411=ILER 183).

⁵¹ A inscrição refere apenas o nome da divindade (TRANOY 1981, 315).

⁵² A dedicatória é feita por *Flavius Fronto* (CIL, II, 2412). Os apelidos de *Bonus* e *Sanctus* parecem indicar a origem indígena do dedicante, que teria sido promovido sob os Flávios, como sugere a onomástica flávia presente no seu nome. A fórmula *ex precepto* parece indicar que o altar foi consagrado a pedido da divindade (TRANOY 1981, 311).

⁵³ O Génio do mercado foi honrado por *Flavius Urbicio* (CIL, II, 2413=ILER 547).

⁵⁴ São conhecidas duas inscrições dedicadas aos *Lares Viales* em Braga, ambas referenciadas no Largo do Paço. Uma delas (CIL, II, 2417; CORTEZ 1958,14, LE ROUX e TRANOY 1973, 204) foi consagrada por *Maternus* filho de *Rufus*. A outra foi erguida por *F. L. Sabinus* e encontra-se desaparecida (SOUSA 1973,21).

⁵⁵ Ísis, com o epíteto de Augusta, foi venerada por uma sacerdotisa do culto imperial, *Lucrecia Fida* (CIL, II, 2416). A inscrição pode ser datada do séc. II.

Senaico e Ambiorebi⁵⁶, Ambieicer⁵⁷ e Frovida⁵⁸.

O culto a Tongoenabiago⁵⁹, surge-nos associado ao da deusa Nábia, num monumento localizado fora do perímetro urbano. Trata-se de um santuário rupestre, associado ao culto das águas, conhecido pelo nome de Fonte do Ídolo. Alguns indícios sugerem que existiria no local uma outra construção⁶⁰, talvez um templo a Nábia (TEIXEIRA, 1938,151-152).

Além do mercado, sugerido pela inscrição ao *Genius Macelli* e cuja localização mais provável seria o *forum* de Augusto, Bracara Augusta possuía um edifício de espetáculos, referido por vários eruditos bracarenses, na zona de Maximinos, fora, portanto, do perímetro urbano.

D. Rodrigo da Cunha, ao descrever as ruínas de grandes edifícios visíveis na paróquia de S. Pedro de Maximinos, faz menção a "*um como meio círculo, onde estava um anfiteatro* (CUNHA 1634, 11)". Jerónimo Contador de Argote (1732-34) fala também de um anfiteatro.

Sendo impossível confirmar as características e funcionalidade do edifício em questão, soterrado que está sob urbanizações recentes, ou já irremediavelmente destruído, parece--nos, todavia, perfeitamente admissível que Bracara Augusta possuísse um anfiteatro. No entanto, é sabido que a manutenção deste tipo de construções, exigia grandes encargos municipais, pelo que foram, em muitas cidades da Península, sacrificados ainda nos sécs. III e IV. O seu desmantelamento parcial, para aproveitamento de pedra, durante a Idade Média e em época moderna, à semelhança do que aconteceu certamente com outros edifícios públicos e privados da Braga romana, explicaria que parte da sua estrutura fosse ainda visível no séc. XVIII, a darmos crédito aos autores citados.

4.3. Habitações

Se as informações disponíveis quanto à existência de edifícios públicos de *Bracara Augusta* são ainda reduzidas, o mesmo não se poderá dizer sobre os edifícios privados.

⁵⁶ Estas duas divindades foram honradas em altares separados por *Arquius*, filho de *Cantaber*. As inscrições datam muito provavelmente dos finais do séc. I, tendo o dedicante, na opinião de A. Tranoy (1981, 269), uma origem exterior ao *conventus* (LE ROUX e TRANOY 1973, 199-201; AE, 1973, 307, 308).

⁵⁷ Dedicatória de A. *Caecicius Paternus* (ILER 717; TRANOY 1981, 269).

⁵⁸ FROVIDA / SACRVM / MATERNVS / FLACCI / EX VISV / V.S.L.M. Inscrição encontrada em 1885 e considerada como desaparecida já em 1896 (EE VII, 403=ILER 853). A. Tranoy (1980, III, 75, nota 75) considera todavia que esta inscrição parece corresponder ao texto de uma outra, que se encontra na Quinta do Avelar, cujas letras estão muito apagadas.

⁵⁹ O devoto desta divindade é *Celicus Fronto*, oriundo de *Arcobriga* (CIL, II, 2419).

⁶⁰ Nos desaterros realizados na área envolvente da Fonte do Ídolo encontraram-se numerosas régulas e ímbrices, entre as quais apareceu o altar a Nábia, consagrado por Rufina.

Numerosas referências, acumuladas desde o séc. XIX, atestam a descoberta de vestígios de habitações luxuosas, com mosaicos⁶¹ e hipocaustos. Numerosas são também as referências a elementos de arquitectura (bases, fustes, capitéis), identificados em vários locais do perímetro urbano (SOUSA 1973, 19-20; OLIVEIRA 1980, 113-114; NUNES e OLIVEIRA 1988).

As escavações realizadas entre os anos 60 e a actualidade permitem individualizar várias construções, com uma cronologia de ocupação entre os Flávios e o Baixo Império. No entanto, nenhuma *domus* foi ainda integralmente escavada, o mesmo acontecendo com as habitações mais modestas. O carácter muitas vezes circunscrito das escavações que têm sido empreendidas, cujas áreas se encontram frequentemente limitadas por construções modernas, não permitiu ainda observar as características dos diferentes tipos de habitações que necessariamente existiriam em *Bracara Augusta*.

A área residencial mais extensa até hoje posta a descoberto corresponde ao interior de um quarteirão, perto do actual Campo das Carvalheiras, no quadrante NO da cidade romana. Aí foram detectadas construções porticadas e com lojas, limitadas por ruas calcetadas, que se inserem numa *insula* da cidade romana (DELGADO e LEMOS 1986, 151-167). Muito embora a área posta a descoberto seja já apreciável, não se encontra completamente esclarecida a tipologia das habitações nem as suas exactas dimensões.

Vários achados permitem supor que a grande maioria das residências importantes de *Bracara Augusta* dispunha de poços, que aproveitavam a rica toalha freática existente sob a cidade⁶². Contudo, continua por esclarecer se todo o abastecimento de água, mesmo aquele que seria necessário para manter em funcionamento o edifício das termas, seria feito desse modo ou se existiriam igualmente captações feitas fora da área urbana.

4.4. Muralha

Desde o séc. XII que diversos testemunhos literários atestam que *Bracara Augusta* possuía uma muralha, sendo igualmente referida, em documentos dos sécs. XII e XIII, a existência de um fosso (FEIO 1956). Serão, contudo, os eruditos do séc. XVIII que fazem as primeiras descrições da cerca romana, destacando-se, entre outras, a de J. Contador de Argote

⁶¹ A presença de mosaicos é bastante significativa no quadrante NE da cidade, sendo de registar a sua ocorrência na R. de Santiago, no Largo de S. Paulo, no Campo de Santiago, na R. de S. Paulo, no Seminário dos orfãos de S. Caetano, na R. Gonçalo Pereira, no Rossio da Sé, no terreno conhecido por Cardoso da Saudade, no claustro do Seminário e num quarteirão limitado pelo Seminário e pela R. D. Afonso Henriques. Mais recentemente, foram descobertos mosaicos na casa da Roda, nas traseiras da Sé, na R. dos Bombeiros Voluntários e num quarteirão da R. Gualdim Pais.

⁶² Presentemente, são conhecidos dez poços romanos, dispersos pela área urbana de Braga, associados a habitações, designadamente: um no Rossio da Sé, um perto da R. Gualdim Pais, um no Antigo Colégios dos Orfãos de S. Caetano, dois na R. Santos da Cunha, dois na R. Pero Magalhães Gândavo, um na R. Sá de Miranda, um na R. de S. Geraldo e um nas Cavalariças do Antigo Quartel de Infantaria de Braga.

(1721, 68), pelos pormenores que fornece da sua morfologia e traçado⁶³. Tudo leva a crer que, nesse século, boa parte do traçado da muralha romana fosse ainda visível, sobretudo no lado sul, onde aquele autor refere uma altura conservada de 5m e a existência de uma torre, em Maximinos, eventualmente sinalizando a porta oeste da cidade.

Nos inícios deste século A. Belino faz uma descrição completa do percurso da muralha, a partir da torre medieval de Santiago. Segundo Belino (1909, 2), ela media sete palmos de largura, em Urjais, estando conservada numa extensão de mais de 20m. Baseado em descrições anteriores e ainda em observações pessoais, José Teixeira propõe, por seu turno, em 1910, um traçado hipotético para aquela muralha, que descreve como sendo de forma ligeiramente oblonga e com 4,5/5m de altura, por 2,30m de largo. Observações ocasionais em vários pontos da cidade, em desaterros e obras de saneamento, permitiram confirmar boa parte do traçado sugerido por José Teixeira⁶⁴.

Na década de 50, Alberto Feio refere como visíveis troços da muralha, numa cangosta que do Monte das Penas levava aos Pelames, descrevendo o seu percurso e o aparecimento, aquando de obras de saneamento, de um lanço "em silharia granítica de bom aparelho na R. D. Paio Mendes, entre a Casa Pimentel e a esquina da R. Fr. Caetano Brandão" (FEIO 1956).

Nos anos 60, há ainda referências da visualização desta muralha na zona de Maximinos, sendo mesmo expressa a presença de um bastião semicircular (OLIVEIRA 1979, 175). Um pouco mais tarde, J. J. Rigaud de Sousa (1973, 11), refere a presença de um forte alicerce no topo poente e lado norte da R. Santos da Cunha, posto a descoberto na abertura dos caboucos de um prédio.

Escavações realizadas na década de 80, na Quinta do Fujacal, com vista à detecção da muralha, indicaram a presença de um robusto muro tardio, que em muitos pontos reaproveita material de construção de edifícios que foram desmontados, como fustes e bases de colunas (DELGADO *et alii* 1984, 101-102, 107, Est. VIII, 1). Parece tratar-se um sector da muralha que sofreu reparações numa época tardia.

As numerosas referências a uma muralha romana, feitas em diferentes épocas, não permitem duvidar da sua existência, ainda que seja hoje difícil confirmar o seu traçado e datá-la de forma adequada. Atendendo a que a máxima extensão da cidade romana parece coincidir com o traçado proposto por J. Teixeira⁶⁵ e considerando que essa extensão deve ter sido atingida no século II, como resultado do natural desenvolvimento da cidade flávia/antonina, parece aceitável que a muralha possa ter sido erguida no séc. III, ainda que haja conhecido reparações em fases bem mais tardias.

⁶³ Jerónimo Contador de Argote afirma que a muralha tinha 16 estádios de circuito e que, no seu tempo, eram ainda visíveis 500 passos, tendo 23 palmos de largura na Quinta do Avelar e 10 a 25 de altura. Indica que era construída de pedra miúda ligada por fortíssima argamassa. Segundo o mesmo autor, teria duas portas, uma a ocidente e outra a oriente (OLIVEIRA 1978, 21).

⁶⁴ Em 1937, apareceu na R. Paio Mendes um pano da muralha com 9 metros de extensão (OLIVEIRA 1985, 65 e 77). Na R. Cruz da Pedra foi igualmente observado um troço da mesma (OLIVEIRA 1979, 174).

⁶⁵ Cf. mapa de José Teixeira, publicado por J. J. Rigaud de Sousa (1973, Fig.1) e E. Oliveira (1979, 34).

As descrições dos vários autores que referem a fortificação romana e algumas fotografias de troços da mesma (OLIVEIRA 1979), indicam que a sua estrutura era relativamente pouco robusta, pelo menos na área sul da cidade. Das diferentes observações fica-nos a ideia de que a muralha possuiria torreões semicirculares ou circulares e uma largura muito variável, entre 2,30 e 4,50 m.

Os limites da cidade romana no Alto Império são extraordinariamente coincidentes com o traçado sugerido para a muralha e com a localização e dispersão das necrópoles⁶⁶. O seu estudo revelou enterramentos a partir dos finais do séc. I, o que reforça o argumento de que o projecto urbano flávio contemplou, logo de início, uma área construtiva de apreciável extensão.

4.5. Bairros extra-muros

Várias informações apontam para a existência de construções extramuros. Uma delas localizava-se no Monte das Penas, em Maximinos, onde, no séc. XVIII, eram ainda perceptíveis ruínas de edifícios, com pedras lavradas e colunas e onde foi encontrada uma inscrição monumental⁶⁷. Desconhecemos se se trataria de um monumento funerário ligado à necrópole de Maximinos, ou de um templo, atendendo ao facto de, nas imediações, ter sido encontrada a inscrição consagrada a *Ambieicer*⁶⁸.

Também na zona sul da cidade, abaixo da actual Rodovia, foram identificados vestígios que apontam para construções extra-muros. Nos anos 60, foram descobertos elementos de construção no local correspondente às oficinas da Livraria Cruz, facto que levou o Cónego Arlindo da Cunha a situar aí a existência de uma *villa*⁶⁹. Dois salvamentos realizados pela UAUM em 1978 e 1979⁷⁰, num terreno desaterrado para construção, situado entre as instalações da Livraria Cruz e a Rodoviária Nacional, permitiram documentar várias estruturas, caleiros e um possível forno. A dispersão destas estruturas sugere a existência de uma área construída de apreciável extensão. Parece-nos, assim, aceitável que existisse nesta zona, não uma *villa*, mas sim um bairro extra-muros, talvez com carácter artesanal.

Muito embora a funcionalidade destas construções extramuros seja ainda problemática,

⁶⁶ Sobre a localização e cronologia das necrópoles conferir, neste volume, M. Martins e M. Delgado, "As necrópoles de Bracara Augusta. I - Os dados arqueológicos". Sobre a epigrafia funerária, ver, no mesmo artigo, A. Tranoy e P. Le Roux "II - Les inscriptions funéraires".

⁶⁷ A inscrição, hoje perdida, refere SODALITIVM VRBANORVM / D.S.F.C. (CIL, II, 2428).

⁶⁸ A inscrição (ILER 717) está dada como procedente de Urjais, Maximinos. Ora, a quinta de Urjais integrava o próprio Monte de Penas.

⁶⁹ Aí foram encontrados dois moinhos e colunas, guardados no Museu Pio XII (OLIVEIRA 1980, 107-116).

⁷⁰ Intervenções inéditas.

podemos considerar como certa, em face dos dados disponíveis, que os espaços envolventes da cidade foram intensamente utilizados, pelo que parece legítimo aceitar que a cidade ultrapassava, pelo menos nas áreas sudoeste, sul e sudeste, o perímetro da muralha romana. Fica por esclarecer ainda se foi a construção da cerca defensiva que deixou de fora parte da cidade, ou, se pelo contrário, se desenvolveram, numa época tardia, bairros periféricos à muralha.

Acompanhando o surto urbanístico e a monumentalização de Bracara Augusta, certamente devido às expensas municipais e à benemerência, a cidade floresceu como centro económico. Cidade de comerciantes, foi-o também de artesãos. Entre as actividades melhor representadas conta-se a olaria, da qual possuímos testemunhos arqueológicos, quer do fabrico de lucernas⁷¹, quer de cerâmica comum⁷². Representado está também o fabrico de vidro⁷³ e o trabalho de metalurgia⁷⁴.

A articulação de informações provenientes de vários achados permite situar um importante sector artesanal a SO da cidade, correspondente à área de Maximinos. Tudo indica que aí se localizava um bairro de olarias e de produção de vidro.

As escavações realizadas parecem demonstrar que a cidade manteve uma vida urbana normal, durante o séc. III, parecendo ter sido poupada às perturbações que afectaram grande

⁷¹ Além de grande quantidade de lucernas importadas, encontraram-se em Braga várias lucernas de fabrico local, algumas delas com a assinatura de *Lucretius*, que podia ter sido um dos oleiros com oficina na cidade. A presença de moldes de lucernas com a assinatura de *L. Munatius Treptus*, conhecido oleiro do Norte de África, sugere a presença em *Bracara Augusta* de uma olaria subsidiária daquela oficina norte-africana (SOUSA 1965-66, 165-172; 1969, 309-311).

⁷² A origem exclusivamente bracarense de uma cerâmica de cuidada execução, imitando formas de sigillata e o fabrico das paredes finas, genericamente conhecida por cerâmica bracarense (ALARCAO 1966, 45-50; SOUSA 1971, 451-455) pode ser hoje questionada à luz da significativa quantidade de peças, com o mesmo fabrico, com decoração moldada, aparecida na região de Orense. Sabemos contudo, que se produziu em *Bracara Augusta* cerâmica comum que abasteceu o mercado urbano e a região. A produção alto-imperial caracteriza-se por uma grande diversidade de produtos, sendo de destacar uma cerâmica de pastas claras e fino fabrico, polida, engobada e pintada. As suas formas são conhecidas em enterramentos do séc. II/III (DELGADO 1984, 179-196), encontrando-se também em praticamente todos os níveis alto-imperiais da cidade. Bastante significativa é também a produção local de cerâmica de engobe vermelho, com diferentes fabricos, cobrindo uma cronologia lata, entre o séc. I e os séc. IV/V, caracterizando-se por uma grande variedade de formas que imitam a baixela de sigillata alto imperial e as formas de sigillata clara D.

⁷³ Nos entulhos de um poço encontrado na Quinta dos Urjais, na zona de Maximinos, foi detectada pasta de vidro, de cor verde gelo, comum aos vidros dos sécs. I-II, que, misturada com tijolo refractário, coberto por escorregamentos de vidro fundido, constitui um dos sinais reveladores do fabrico local deste produto (SOUSA 1973, 25).

⁷⁴ Embora seja difícil precisar a produção metalúrgica da cidade, por ausência de vestígios de forjas, fornos e moldes, merece referência a persistência de uma tradição de fabrico de sítulas, documentada nos inícios do séc. I pela presença de moldes de sítulas com decoração geométrica (MARTINS 1988) e pela presença de apreciável quantidade de armelas de feição local.

parte da Hispânia entre finais do séc. II e meados do III (MONTENEGRO, 1988, 499-508; LOPEZ SERRANO 1988, 265-277).

5. Bracara Augusta no Baixo Império

Diocleciano ao dividir, nos finais do séc. III, a Tarraconense e ao criar a província da Galécia, que reuniu os três *conventus* jurídicos do NO e parte do de Clúnia, promoveu *Bracara Augusta* a capital da nova província.

A Arqueologia testemunha uma generalizada remodelação de edifícios, entre finais do séc. III/inícios do IV, entre os quais se encontram as termas⁷⁵ e numerosas habitações. Este programa de renovação urbana pode estar, de facto, relacionado com a promoção da cidade a capital de província e com as novas responsabilidades administrativas que essa promoção acarretou.

Bracara Augusta parece, assim, ter mantido importância política e económica, num momento em que muitas cidades ibéricas registaram retracção populacional e enfraquecimento da vida urbana. Muitos dos edifícios escavados nas áreas limítrofes da cidade revelam importantes alterações nos inícios do Baixo Império e uma clara ocupação durante os sécs. IV/V⁷⁶, o que demonstra a manutenção de uma vasta área urbana.

Por outro lado, a presença de grande quantidade de cerâmica importada, designadamente de hispânica tardia⁷⁷ e sigillata clara C⁷⁸ e D⁷⁹, revela uma actividade comercial significativa, documentando uma vida económica regular.

As próprias remodelações realizadas nos edifícios privados da cidade e o luxo de algumas

⁷⁵ Merece destaque a profunda remodelação operada nas termas do Alto da Cividade, através da qual parte do edifício anterior é sacrificada. Tanto quanto é possível ajuizar, o novo edifício termal é restringido, sacrificando-se um dos sectores quentes (DELGADO *et alii* 1986, 27-42).

⁷⁶ Podem destacar-se, a este propósito, os achados e construções detectadas nas escavações dos terrenos correspondentes às antigas cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga (DELGADO e GASPAR 1986, 151-167; DELGADO e MARTINS 1988, 79-93; 1989-90). Igualmente reveladoras desse surto construtivo são as transformações operadas numa casa das Carvalheiras, em fase de escavação (DELGADO e LEMOS 1986, 151-167).

⁷⁷ A cerâmica hispânica tardia dos sécs. IV/V é muito abundante em Braga, estando representada em praticamente todos os sectores escavados até ao momento, o que demonstra a manutenção do perímetro urbano da cidade alto-imperial.

⁷⁸ A cerâmica sigillata clara C tardia, dos sécs. IV/V, está documentada pelas formas Hayes 50, 52, 71 e 73.

⁷⁹ A cerâmica sigillata clara D é muito abundante e variada. Entre outras, destacam-se, como mais frequentes, as formas Hayes 58, 59, 60, 61, 63, 67 e 91.

habitações que se valorizam com mosaicos⁸⁰ e banhos⁸¹, são elementos reveladores da persistência, em *Bracara Augusta*, ao longo dos sécs. IV/V, de um grupo social abastado, que constituiria a elite urbana.

Desconhecemos até que ponto o processo de ruralização registado em várias regiões hispânicas, a partir do séc. III, designadamente na Bética e Lusitânia (FERNANDEZ UBIÑA 1982; LOPEZ SERRANO 1988, 265-276), terá encontrado eco entre as populações do actual NO português. De facto, se a pesada carga fiscal que onerava as classes ricas das cidades se traduziu, em muitas regiões, num crescente desinteresse pela vida urbana, por parte dos ricos, que preferiram instalar-se nas suas *villae*, dotando-as de equipamentos luxuosos, tudo leva a crer que a situação no território de *Bracara Augusta* tenha sido algo diferente. Salvo raríssimas excepções, não se observam *villae* luxuosas na região que corresponderia ao território imediato da cidade, facto que pode indicar que a aristocracia fundiária poderá ter preferido manter a sua residência na cidade, eventualmente atraída pelas novos cargos administrativos, decorrentes da promoção da cidade.

O surto construtivo observado em *Bracara Augusta* entre finais do séc. III/inícios do IV poderá, assim, constituir uma consequência das reformas administrativas introduzidas pela Tetrarquia, prosseguidas sob Constantino, que exigiam que as funções de gestão desempenhadas pelas cidades se mantivessem. Por outro lado, a adopção do Cristianismo facultou aos centros urbanos novas funções na sua qualidade de sedes episcopais, como aconteceu com *Bracara Augusta* nos finais do séc. IV⁸². Esta situação garantiu à cidade a administração de um importante território, continuando a funcionar como sede jurídica sobre as dioceses sufragâneas, uma vez que a organização eclesiástica reproduziu as divisões administrativas romanas.

Tudo indica, por conseguinte, que a importância de *Bracara Augusta* se manteve ao longo do séc. V, apesar dos condicionalismos políticos que afectaram a Península durante todo esse século.

Aos Suevos coube, por partilha do ano 411, o domínio da região bracarense. A cidade deve ter sido então poupada, tornando-se capital política e administrativa do reino suevo. Nela persistiu uma vida activa, pelo menos até 456, quando Teodorico II a invadiu. As referências de Idácio sobre esta invasão sugerem que *Bracara Augusta* foi pilhada e saqueada. No entanto, não é explícita a sua destruição, ou mesmo o desbaratamento da sua população. Pelo contrário, a arqueologia parece demonstrar que a cidade terá sobrevivido àquele ataque,

⁸⁰ Podem referenciar-se, entre outros, os mosaicos aparecidos na *domus* de Santiago, no Rossio da Sé, numa casa escavada na R. Gualdim Pais, na Casa da Roda e, mais recentemente, nas escavações realizadas no antigo quartel de Infantaria de Braga.

⁸¹ Observados: na *domus* de Santiago; numa casa detectada nas imediações da Sé; numa casa detectada no Largo Paulo Orósio, no sítio do actual centro de saúde; numa casa escavada no quarteirão da R. Gualdim Pais (DELGADO 1987, 187-199); numa casa do quarteirão das Carvalheiras.

⁸² O papa S. Sirício refere-se ao metropolitano de Braga na decretal do ano 385.

mantendo, ao longo dos sécs. V e VI, grande importância religiosa⁸³ e cultural.

6. A persistência de *Bracara Augusta* na Alta Idade Média

As evidências arqueológicas da persistência de uma vida urbana activa ao longo dos séculos V e VI são fornecidas, quer por remodelações tardias em certos edifícios, quer pela continuidade dos enterramentos nas necrópoles romanas⁸⁴. Muito embora seja difícil determinar, com segurança, a cronologia dessas remodelações, atendendo aos reduzidos conhecimentos que ainda hoje se possuem sobre as cerâmicas desse período, podemos referir construções que apontam para essa cronologia em vários pontos da cidade, designadamente, no sítio da Sé Catedral, reaproveitando parcialmente um edifício alto-imperial (GASPAR 1986) e áreas adjacentes, como o claustro do paço arquiépiscopal (DELGADO e MARTINS 1988), ou o quarteirão da R. Gualdim Pais (DELGADO 1987) e, ainda, na colina de Maximinos, quer sobre o edifício das termas, quer na sua área envolvente.

Por outro lado, os materiais encontrados nas escavações demonstram, também, um bom ritmo de importações ao longo dos sécs. V e VI. Merece destaque a presença de quantidades apreciáveis de sigillata clara D (formas Hayes 70, 76, 91, 92, 96, 99, 104), de cerâmicas de fabrico derivado das sigillatas paleocristã cinzenta, de cerâmica foceana tardia e de cipriota tardia (DELGADO 1988). A par destas importações, tudo indica a persistência de ateliers de cerâmica local, que fabricavam ainda, por essa época, entre outras, uma cerâmica de engobe vermelho, de excelente qualidade, que imita grande número de produtos importados referidos (SOUSA 1966-67, 143-150).

Mesmo que a cidade tenha mantido nalgumas áreas a sua traça romana e uma vida económica regular, durante boa parte dos sécs. V/VI, ocorreram certamente, por essa época, algumas transformações na sua topografia, à semelhança do que parece ter acontecido noutras cidades hispânicas (GARCIA MORENO 1977-1978, 311-321).

A valorização de alguns dados arqueológicos disponíveis aponta para uma ocupação privilegiada de certas áreas da cidade. Assim parece acontecer com a área envolvente da Sé Catedral, sendo a este propósito sugestivo o facto de se ter detectado, em escavações realizadas no Largo do Paço, um edifício, datável dos sécs. V/VI, sobreposto a uma

⁸³ Em meados do séc. VI, celebram-se em Braga dois concílios (561 e 572), a que não é estranha a acção de S. Martinho, bispo de Dume e de Braga, chegado à Galécia em 550. Ao tempo do 1º Concílio Bracaraense (561), Braga era sede da igreja metropolitana de toda a Galécia, o que revela a sua importância.

⁸⁴ Todas as necrópoles escavadas até ao momento revelaram sepulturas de inumação dos sécs. IV/V. No entanto, algumas sepulturas escavadas na necrópole da via XVII, na zona da Cangosta da Palha (MARTINS e DELGADO, neste volume), apontam, pela sua tipologia, para uma datação bem mais avançada, podendo corresponder a tumulações realizadas nos sécs. VI/VII.

canalização da primeira metade do séc. I⁸⁵.

Tendo o local onde se situa a Sé de Braga constituído um importante centro religioso, provavelmente ao longo de toda a ocupação romana, parece legítimo aceitar a sua transformação em local de culto cristão, eventualmente com o reaproveitamento basilical de algum dos edifícios religiosos anteriores.

Embora se desconheça a funcionalidade das construções bárbaras existentes no tabuleiro das termas da colina de Maximinos, devido ao seu avançado estado de destruição, tudo leva a crer que o edifício termal tenha sido sacrificado no séc. V e transformado, pelo menos parcialmente, num edifício privado.

Pela mesma época aparecem construções, de interpretação duvidosa, noutros pontos da cidade. Em terrenos limítrofes da R. dos Bombeiros Voluntários, foram recentemente detectados vestígios bárbaros que destruíram parcialmente um edifício baixo-imperial, com um mosaico⁸⁶.

Embora as alterações urbanísticas correspondentes à ocupação suévica e, posteriormente, visigótica de *Bracara Augusta* sejam ainda bastante difíceis de precisar, julgamos ser possível aceitar que a ocupação da cidade tenha sido condicionada, a partir de um certo momento, pelo fenómeno de polarização em torno dos novos centros de culto, designadamente de pequenas igrejas martiriais, ainda que esse processo possa inicialmente ter afectado apenas uma parte mínima da população cristianizada. É para essa situação que aponta um aumento de construções na área envolvente da Sé, o aparecimento de uma necrópole, na zona de S. Vicente, donde se conhece uma inscrição do séc. VII (BELINO 1895, 85; 1900, 25; VIVES 1969, 56, nº 183) e a ocorrência de tumulações tardias em S. Victor, que reaproveitam material romano (PINTO e ATAÍDE 1957, 106-111), aparentemente associadas a elementos de arquitectura que sugerem a presença de construções. Todavia, as alterações da topografia urbana, sugeridas pelos indícios apontados não foram radicais, sendo certo que muitos quarteirões e arruamentos da cidade romana continuaram a ser utilizados persistindo, até aos nossos dias, no traçado da cidade de Braga.

⁸⁵ Esta área, a Norte da Sé, parece assim registar um hiato de ocupação até aos inícios da Idade Média, o que constitui uma prova em abono da deslocação da cidade flávia para sul e, simultaneamente, um documento de vital importância para se compreender uma eventual polarização da vida religiosa e administrativa, neste local, durante a ocupação suévica.

⁸⁶ Escavações ainda inéditas.

Bibliografia

- ALARCÃO, A. (1966). Bref aperçu sur la céramique romaine trouvée à Bracara Augusta (Portugal), *Rei Cretariae Romanae Fautorum Actae*, 8, pp. 45-50.
- ALARCÃO, J. de (1970). Abraded and engraved late roman glass from Portugal, *Journal of Glass Studies*, 12, New York, pp. 28-34.
- (1988). *Roman Portugal*, Warminster.
- (1990). O domínio romano, Portugal das Origens à Romanização, J. de Alarcão (coord.), *Nova História de Portugal*, Editorial Presença, pp. 345-437.
- (1990a). A urbanização de Portugal nas épocas de César e de Augusto, *Städtebild und Ideologie*, Kolloquium in Madrid, Oktober 1987, München, pp. 43-57.
- ALBERTOS FIRMAT, M. L. (1975). *Organizaciones suprafamiliares de la Hispania antigua*, Studia Archaeologica, 37, Santiago de Compostela.
- ALFÖLDY, Géza (1966). Um "cursus" senatorial de Bracara Augusta. *Revista de Guimarães*, Guimarães, 76 (3-4), pp. 363-372 = (1967) *Madridrer Mitteilungen*, Madrid, 8, pp. 185-195.
- (1966a). Notes sur la relation entre le droit de cité et la nomenclature dans l'Empire Romain, *Latomus*, 25, pp. 37-57.
- ARCE, J. (1982). *El último siglo de la España romana: 284-409*, Madrid.
- ARGOTE, J. Contador de (1728). *De Antiquitatibus Conventus Bracaraugustani*, Lisboa.
- (1732-34). *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas*, Lisboa.
- BELINO, A. (1895). *Inscrições romanas de Braga - Inéditas*, Braga.
- (1896). *Novas inscrições romanas de Braga*, Braga.
- (1900). *Archeologia Christã*, Porto.
- (1906). *Novas inscrições inéditas de Braga*, Braga.
- (1909). Cidades mortas, *Arqueólogo Português*, 14, pp. 1-28.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1991). El Urbanismo en Occidente, *Urbanismo y Sociedad en Hispania*, Istmo, Col. Fundamentos, Madrid, pp. 205-221.
- CUNHA, D. Rodrigo (1634). *História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*, Braga.
- CURCHIN, L. A. (1983). Personal Wealth in Roman Spain, *Historia*, 32, 227-244.
- DELGADO, M. (1984). Sepultura romana encontrada junto ao Largo Carlos Amarante, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, *Lucerna*, Porto, pp. 179-196.
- (1985). Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, série II, 2, pp. 9-40.
- (1987). Notícia preliminar sobre o salvamento no quarteirão da R. Gualdim Pais, *Cadernos de Arqueologia*, II, 4, pp. 187-199.
- (1988). Contribuição para o estudo das cerâmicas romanas tardias do Médio Oriente encontradas em Portugal, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, pp. 37-49.
- DELGADO, M. e L. dos Santos (1984). Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga, I, *Cadernos de Arqueologia*, série II, 1, Braga, pp. 49-70.
- DELGADO, M., L. A. Tavares Dias, F. Sande Lemos e A. Gaspar (1984). Intervenções na área urbana de Bracara Augusta (1983), *Cadernos de Arqueologia*, II, 1, pp. 95-106.
- DELGADO, M e F. Sande Lemos (1985). Zona das Carvalheiras. Notícia das campanhas de escavação de 1984 e 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, pp. 159-176.
- DELGADO, M.; A. Gaspar e F. Sande Lemos (1986). O Salvamento de Bracara Augusta, I Encontro Nacional de

- Arqueologia Urbana, Set. 1985, *Trabalhos de Arqueologia*, 3, Lisboa, pp. 27-42.
- DELGADO, M. e F. Sande Lemos (1986). Zona das Carvalheiras: notícia da campanha de escavação de 1985, *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, pp. 151-167.
- DELGADO, M. e A. Gaspar (1986). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 3, pp. 151-167.
- DELGADO, M.; M. Martins e F. Sande Lemos (1987). Escavações de emergência na necrópole romana da Cangosta da Palha, *Cadernos de Arqueologia*, II, 4, pp. 176-186.
- DELGADO, M. e M. Martins (1988). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, pp. 79-93.
- DOPICO CAÍNZOS, M. Dolores (1986). Los conventus iuridici. Origen, cronología y naturaleza histórica, *Gerión*, 4, pp. 265-283.
- D'ORS, A. (1953). *Epigrafia jurídica de la España romana*, Madrid.
- ESPINOSA RUIZ, U. e A. Pérez Rodríguez (1982). *Tritium Magallum*: de ciudad peregrina a municipio romano, *Archivo Espanol de Arqueologia*, 55, 145-146, Madrid, pp. 65-87.
- ÉTIENNE, R. (1974). *Le culte imperial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien*, Paris.
- FABRE, G. (1970). Le tissu urbain dans le nord-ouest de la Péninsule Ibérique, *Latomus*, 29, Bruxelles, pp. 314-339.
- FEIO, Alberto (1956). Coisas memoráveis de Braga. Origens da cidade. A Braga romana, 2, *Diário do Minho*, Braga, 30/9/1956.
- FERNANDEZ UBIÑA, J. (1982). *La crisis del s.III y el fin del Mundo Antiguo*, Madrid.
- GALSTERER, H. (1971). *Untersuchungen zum römischen Städtewesens auf der Iberischen Halbinsel*, Berlin.
- GARCIA-MORENO, L. A. (1977-78). La Cristianización de la topografía de las ciudades de la Península Iberica durante la antigüedad tardía, *Archivo Espanol de Arqueologia*, 50-59, pp. 311-321.
- GASPAR, A. (1985). Escavações arqueológicas na R. de N. Sra. do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, pp. 51-125.
- GONZÁLEZ-CONDE PUENTE, M. P. (1985). Promoción jurídica y organización municipal de Complutum en el Alto Império, *Lucentum*, 4, 133-146.
- HOLDER, P. A. (1980). *The Auxilia from Augustus to Trajan*, Oxford.
- JOHNSTON, D. (1985). Munificence and municipia: Bequests to Towns in Classical Roman Law, *Journal of Roman Studies*, 75.
- LEMOIS, F. S.; M. Delgado e M. Martins (1988). Sondagens arqueológicas no Largo do Paço, Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, pp. 69-78.
- LE ROUX, P. (1974). Les stèles funéraires de Braga. Remarques sur une nouvelle inscription en vers, *Archaeologica Opuscula*, 1, pp. 41-48.
- (1975). Aux Origines de Braga (Bracara Augusta), *Bracara Augusta*, 29 (67-68), pp. 155-159.
- (1980). Les *auxilia* romains recrutés chez les *Bracari* et l'organisation politique du Nord-ouest Hispanique, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 3.
- (1982). *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*, Paris.
- (1982). Le monde urbaine et les indigènes: les données du problème dans le Nord-Ouest hispanique, *Actes du Colloque de Aix-la-Provence*, 1980, Marseille, pp. 177-179.
- LE ROUX, P. e A. Tranoy (1983-84). Villes et fonctions urbaines dans le Nord-Ouest hispanique sous la domination romaine, *Portugalia*, (N/S), 4-5, Porto, pp. 199-207.
- LOPEZ SERRANO, F. (1988). Crisis urbana y dinámica social en la Betica del siglo III y Bajo Imperio, *Actas do Ier Congreso Peninsular de História Antigua*, III, Santiago de Compostela, pp. 265-276.
- MACKIE, N (1983). *Local Administration in Roman Spain AD 14-212*, Oxford.
- MANTAS, V. (1987). As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal, *Povos e Culturas*, nº2, pp. 13-55.
- (1990). Teledeteção e urbanismo romano: o caso de Beja, *Geociências*, 5, 1, Aveiro, pp. 75-88.
- MANUEL ABASCAL, J e Urbano Espinosa (1989). *La ciudad hispano-romana. Privilegio y poder*. Logroño.
- MARTINS, M. (1988). Moldes de síntulas com decoração geométrica encontrados em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, 5 (no prelo).
- (1990). *O povoamento proto-histórico e a Romanização da bacia do curso médio do Cávado*, *Cadernos de Arqueologia - Monografias*, 5, Braga.

- MARTINS, M. e M. Delgado (1989/90b). As necrópoles de Bracara Augusta: os achados arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, 6/7, Braga (no prelo).
- McELDERRY, R. K. (1918). Vespasian's reconstruction of Spain, *Journal of Roman Studies*, VIII, pp 53-102.
- (1919). Vespasian's reconstruction of Spain. Addenda, *Journal of Roman Studies*, IX, pp. 86-94.
- MONTENEGRO, A. (1975). Problemas y nuevas perspectivas en el estudio de la España de Vespasiano, *Historia Antigua*, V, pp. 7-88.
- (1988). Evolución política de Hispania en el Bajo Imperio, *Historia de España Antigua*, II, Cátedra, pp. 499-524.
- NUNES, H. B. (1978). O Salvamento de Bracara Augusta:3 - da cidade romana ao Campo Arqueológico da Universidade do Minho, *Actas das III Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, pp. 227-236.
- NUNES, H. B. e E. Oliveira (1988). Relíquias de Bracara Augusta. O Cónego Arlindo R. da Cunha e a Defesa do património de Braga, *Cadernos de Arqueologia*, II, 5, Braga, pp. 97-155.
- OLIVEIRA, E. (1978). O Salvamento de Bracara Augusta, IV. Os apontamentos arqueológicos de Braga de José Teixeira, *Minia*, Braga, pp. 20-44.
- (1979). O Salvamento de Bracara Augusta, 6 - A Câmara Municipal de Braga e a Arqueologia, *Minia*, Braga, 2 série, 2 (3), pp. 164-197.
- (1980). O Salvamento de Bracara Augusta, 7, Antigos Achados: tentativa de interpretação crítica, *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 3, Guimarães, pp. 107-116.
- (1985a). Notícias arqueológicas de Braga em jornais bracarenses, *Conimbriga*, Coimbra, 24, pp. 5-83.
- (1985b). Documentos para a história do Museu D. Diogo de Sousa, II (1905-1918), *Cadernos de Arqueologia*, II, 2, Braga, pp. 179-194.
- OLIVEIRA, E., E. Souto Moura e J. Mesquita (1982). *Braga. Evolução da estrutura urbana*, Câmara Municipal de Braga.
- OLIVEIRA, E. e I. Fernandes (1984). Documentos para a história do Museu D. Diogo de Sousa. I, *Cadernos de Arqueologia*, II, 1, Braga, pp. 109-134.
- PEREIRA MENAULT, G. (1982). Los castella y las comunidades de Gallaecia, *Zephyrus*, 34-35, pp. 249-267.
- (1983). Las comunidades galaico-romanas. Habitat y sociedad en transformación, *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 199-212.
- PINTO, S. S. e A. de Ataíde (1957). A necrópole de S. Victor - Braga (séculos IX-X), *Bracara Augusta*, 8 (35-37), pp. 106-111.
- SANTOS, L. dos; A. Tranoy e P. Le Roux (1983). Inscrições romanas do Museu Pio XII, em Braga, *Bracara Augusta*, 37, pp. 185-205.
- SHERWIN WHITE, A. N. (1939). *The Roman Citizenship*, Oxford.
- SCHÜLTEN, A. (1943). *Los Cántabros y Astures y su guerra con Roma*, Madrid.
- SOUSA, J. J. Rigaud de ((1965-66). Acerca de um molde de lucernas, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 20 (1-2), pp. 165-172.
- (1966a). Inventário dos materiais da Arqueologia bracarense, *Bracara Augusta*, Braga, 20 (43-44), pp. 165-178.
- (1966b). Subsídios para a arqueologia bracararense, *Lucerna*, Porto, 5, pp. 589-599.
- (1966-67). Cerâmica estampada vermelha de Braga, *Arquivo de Beja*, Beja, 23-24, pp. 143-150.
- (1968). Braga nos séculos IV e V. Notas arqueológicas, *Bracara Augusta*, Braga, 22 (51-54), pp. 194-196.
- (1969). Novo molde de lucernas aparecido em Braga, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 21, pp. 309-311.
- (1971). Cerâmica fina típica de Braga, *II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, pp. 451-455.
- (1973). *Subsídios para a carta arqueológica de Braga*, *Studia Archaeologica*, Santiago de Compostela, 23.
- SOUSA, J. J. Rigaud de e M. S. Ponte (1970). Novos elementos para a arqueologia bracarense, *I Jornadas Arqueológicas*, 2, Lisboa, pp. 384-412.
- SOUSA, J. J. Rigaud de e Oliveira (1982). Subsídios para o estudo das olarias de Bracara Augusta, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, pp. 359-369.

- SUTHERLAND, C. H. V. (1934). Aspects of Imperialism in Roman Spain, *Journal of Roman Studies*, 24, pp. 31-33.
- TEXEIRA, C. (1938). Subsídios para o estudo da Arqueologia bracarense. A Fonte do Ídolo e o culto de Nabia, *Prisma*, 3, pp. 145-153.
- TRANOY, A. (1980). Religion et société à Bracara Augusta (Braga) au Haut Empire romain, *Seminário de Arqueologia do NO Peninsular*, 3, Guimarães, pp. 67-83.
- (1981). *La Galice Romaine, Recherches sur le Nord Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion du Boccard, Paris.
- (1981a). Romanisation et monde indigène dans la Galice antique: problèmes et perspectives, *Primera Reunion Gallega de Estudios Clasicos*, Santiago de Compostela, pp. 105-121.
- (1982). Agglomerations indigènes et villes augustéennes dans le Nord-Ouest Ibérique, *Actes du Colloque de Aix-en-Provence*, 1980, Marseille, pp. 125-137.
- (1983). Remarques sur la permanence et les mutations dans la Galice antique: le rôle des villes, *Seminário de Arqueologia del Noroeste*, Madrid, pp. 193-201.
- TRANOY, A. e P. Le Roux (1973). Rome et les indigènes dans le NO de la Péninsule Ibérique, *Problèmes d'épigraphie et d'histoire*, MCV, 9, pp. 177-231.
- (1983-84). Villes et fonctions urbaines dans le nord-ouest hispanique sous domination romaine, *Actas do Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste*, *Portugália*, 4/5, pp. 199-207
- VASCONCELOS, J. L. de (1913). *Religiões da Lusitânia*, III, Lisboa.
- VITTINGHOFF, F. (1952). *Römische Kolonisation und Bürgerrechtspolitik unter Cesar und Augustus*, Wiesbaden.
- VIVES, J. (1969). *Inscriptiones Cristianas de la España Romana y Visigoda*, Barcelona.

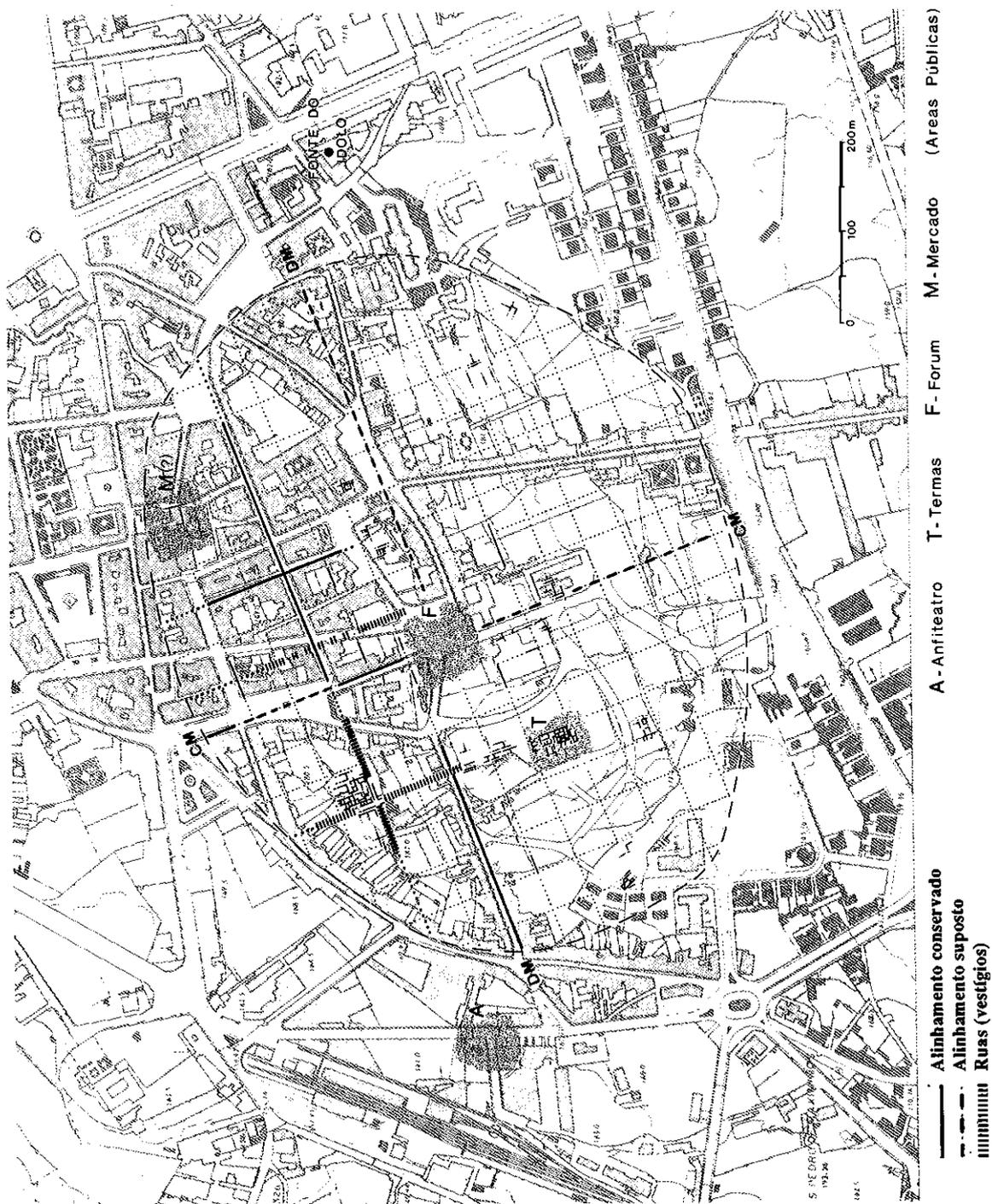


Fig. 1. Planta de Braga com implantação da malha urbana teórica da cidade romana e alinhamentos dos principais edifícios.